

# **Representações sobre a vocação turística de Angra dos Reis: um estudo dos conflitos em torno do conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro local**

Paulo Eduardo Moruzzi Marques\*  
Tatiana Ferreira Nobre de Lacerda\*\*

## **1. Introdução**

Angra dos Reis constitui um caso emblemático para o estudo dos impactos da expansão das atividades relacionadas ao turismo. No decorrer dos últimos trinta anos, as transformações do espaço econômico regional implicaram na deflagração de intensos conflitos, determinados em particular pela inauguração de uma lógica singular de turismo.

A instalação no município de um conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro permite analisar, numa arena privilegiada, percepções sobre este fenômeno, associado à manifestação de inúmeras controvérsias em razão da implantação de marinas, hotéis ou campos de golfe, serviços destinados a um modo de consumo suntuoso.

Este trabalho, fruto sobretudo das elaborações contidas na tese *Agriculture familiale et participation au Brésil: les conseils municipaux de développement rural du PRONAF (acteurs, intérêts et pouvoir)* (Moruzzi-Marques: 2002), examina as recentes mutações sócio-econômicas e as distintas visões sobre o turismo na região.

A propósito, esta análise permite discutir diferentes abordagens sobre as tendências em torno das atividades turísticas. Em particular, procura-se examinar as motivações dos atores contestadores das lógicas turísticas predominantes em Angra dos Reis, tendo em vista a discussão sobre a réplica e as tentativas de desarme dos argumentos delineados no campo local de disputa e de produção de idéias em torno da agricultura e do turismo.

## **2. Representações sobre o turismo**

Nesta seção, são examinadas representações em torno das atividades turísticas, em particular do turismo rural, a partir de interpretações elaboradas tendo em vista algumas tendências presentes na Europa. Estas disposições emergem em circunstâncias particulares no Brasil e podem eventualmente favorecer outros olhares sobre os valores em torno do turismo. Esta primeira abordagem fornece elementos pertinentes para a análise, por um lado, da representação hegemônica do turismo em Angra dos Reis e, por outro lado, das

críticas dirigidas aos impactos sócio-ambientais advindos da implantação dos empreendimentos concebidos sob as lógicas preponderantes.

De maneira ampla, pode-se considerar que o espaço rural abriga dois tipos polares de atividades turísticas numa escala na qual existem muitas possibilidades. Num extremo, o turismo desconsidera a população e cultura local, tendo o espaço rural apenas como sustentáculo de atividades que não mantêm qualquer relação com o cotidiano das localidades e, em outro extremo, a atividade turística está assentada na valorização das tradições locais e do ambiente agrícola e natural. Em pontos diferentes desta escala, encontram-se diversas modalidades de turismo rural, como eco-turismo, turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agro-turismo, turismo de aventura, museus ao ar livre, camping nas fazendas, parques temáticos, *resorts* no meio rural e turismo terapêutico ou de cuidados corporais (spa).

O atual crescimento da demanda de turismo rural se deve, sob muitos aspectos, ao amplo fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica que progride nas sociedades, principalmente as mais industrializadas, nos últimos anos. Trata-se de um fenômeno de busca de respostas à degradação do meio ambiente e à marginalização das populações rurais.

Esta percepção está presente na análise de Verbole (2002), na qual o turismo rural aparece associado ao conceito de *imaginário rural*, cujo desenho é traçado em função da sociedade e do momento histórico considerados. Na contemporaneidade, o imaginário rural europeu tem como principais ingredientes a crença numa paisagem rural identificada com a natureza intocada, a paz, o silêncio, a tranqüilidade, a comida saudável, o lazer, a socialização, a vida bucólica e idílica longe do mundo artificial. Nesta perspectiva, está diretamente relacionado aos discursos ambientalista que pregam o retorno a uma vida mais tranqüila, distante das poluições (sonora, visual, entre outras) e da criminalidade urbana.

Para Adyr Rodrigues (1997), a principal mudança que contribui para a intensificação do turismo rural é a instauração de um novo tipo de consumo - *o consumo produtivo no espaço*, caracterizado pela interação e pelo respeito à natureza. Este fenômeno é simultaneamente resultado dos movimentos ecológicos, responsáveis pela elaboração de um específico imaginário coletivo, e o incentivo da mídia que reforça e gera este mesmo imaginário. Contudo, ressalta o autor, este novo tipo de consumo não implica no

desaparecimento de outras modalidades de turismo, como por exemplo as que estão vinculadas à demonstração de *status social*, expresso no turismo de *resorts*.

Outros estudos indicam que o turismo rural está se beneficiando de um repúdio crescente aos pacotes turísticos padronizados, tal como têm sido elaborados tradicionalmente pelas grandes agências de viagens. John Urry (2001) avalia que esta mudança resulta da construção social e histórica do *olhar do turista*, e que este pode ser analisado através elaboração de tipos ideais, nos quais a sociedade pré-moderna apresenta um turismo de elite, a sociedade moderna, um turismo de massa forjado por um consumo fordista e a sociedade pós-moderna com um turismo individualizado e um consumo pós-fordista.

Até o século XIX, era um privilégio das elites realizar viagens com outras finalidades que não de trabalho ou de negócios. Ao contrário, no turismo de massa das sociedades modernas, parte da população viaja, uma vez que a viagem “é um elemento crucial na vida moderna (...)”. O sentimento de que a viagem e as férias são necessárias funda-se “na idéia segundo a qual a saúde física e mental será recuperada se simplesmente pudermos viajar de vez enquanto” (Urry: 2001, 20). Esta concepção se associa à tese do lazer compensatório ou “cano de escape” para as tensões das atividades produtivas (Steil: 2002).

Na modernidade, o turismo se expressa pelas viagens padronizadas oferecidas por grandes companhias/agências turísticas na forma de pacotes (definidos pela idéia do consumo de massa). Neste quadro, as pessoas participam de um lazer organizado e planejado pelos prestadores de serviço. Ao contrário, está o turismo dito pós-moderno (pós-turismo), baseado em prazeres populares em um antielitismo, no qual há pouca separação entre arte e vida social, não implicando em contemplação mas em participação do turista. Esta última se observa na busca por pequenas agências turísticas e no poder de decisão dos turistas frente aos prestadores.

Para John Urry (2001), esta alteração é explicada, além dos diferentes paradigmas culturais, pelas forças sociais culturais a eles subjacentes. Assim, esta perspectiva se funda numa análise dos capitais (cultural, econômico, social, humano e político) das diferentes classes sociais. Neste intuito, o autor estima, a partir de uma análise do *habitus* da classe prestadora de serviço e dos setores da classe média, que ambas empregam seu nível

relativamente alto de capital cultural para proclamar a falta de gosto de boa parte da cultura burguesa e dos trabalhadores, criando um grande público voltado para as formas culturais pós-modernas e para o pós-turismo.

Este novo rearranjo social favorece o desenvolvimento de uma gama de símbolos e práticas culturais contemporâneas: comida natural, pão integral, vegetarianismo, ciência e medicina tradicionais (não ocidentais), parto natural, emprego de lã, renda e algodão no lugar de fibras artificiais, antiguidades no lugar de reproduções, natação, ciclismo, enfim, ações e valores que revelam uma forte atração pelo “real e natural”. Estas também podem ser vistas na crescente atração de visitas ao campo e nos movimentos visando sua proteção, tomando principalmente em consideração as mudanças na vida rural advindas da modernização da agricultura. Assim, a imagem do campo torna-se um objeto cada vez mais atraente para o olhar do turista. Porém, este olhar é algo extremamente seletivo, pois o traço fundamental da construção da paisagem rural é eliminar o maquinário empregado, o trabalho, a água poluída e até pequenas indústrias. Enfim, a classe prestadora de serviço apóia o olhar romântico sobre o campo, que é reforçado pela propaganda e pelas pessoas que vivem nas áreas rurais, na medida em que estas passam a produzir determinados ambientes, por meio dos quais uma representação depurada da vida rural é construída e apresentada aos visitantes.

A capacidade de oferta é outro fator importante apontado para justificar o crescimento do turismo rural na Europa. Daí, a importância das políticas públicas para financiar e fomentar as novas atividades não agrícolas ligadas ao lazer, como faz o Programa Leader (Ligação entre ações de desenvolvimento da economia rural) da Comunidade Européia (Cristóvão: 2002). Nesta linha, ressalta-se a importância do Estado enquanto poder regulador e normativo, em vista da preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico-cultural e de um equilíbrio social e territorial, evitando a “anarquia turística” (Viard: 2000). Deste último ponto de vista, o turismo se inscreve numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em torno do qual a agricultura assume novos atributos ou “funções”. Com efeito, o debate sobre a multifuncionalidade da agricultura propaga-se gradualmente, privilegiando, no caso brasileiro, os temas da reprodução socioeconômica das famílias, da promoção da segurança alimentar da sociedade e das

próprias famílias rurais, da manutenção do tecido social e cultural e da preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais (Maluf e Carneiro: 2003).

Retornando às diferentes modalidades do turismo rural, esta denominação abrange tanto as atividades desenvolvidas no interior das propriedades rurais, tradicionalmente denominadas de agro-turismo, como também as atividades de lazer realizadas em meio rural.

As atividades associadas ao agro-turismo podem ser analisadas como estratégias de diversificação das economias rurais, no intuito de ampliar as fontes de rendas das famílias frente à queda de rentabilidade dos negócios tradicionais. Deste modo, criam-se ocupações complementares às atividades agrícolas, que continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade. Nesta perspectiva, constituem parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e de valorização dos bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, qualidade do ar e da água). O significado mais amplo deste processo pode ser interpretado como uma mercantilização do espaço agrário, na qual as áreas rurais passam a ser consideradas a partir de suas atividades orientadas, notadamente, para o consumo (lazer e turismo), residência e mesmo preservação do meio ambiente, sem esquecer daquelas mais tradicionais, ligadas à produção agrícola ou industrial (Graziano e Campanhola, 2004).

Características de determinadas regiões permitem, por exemplo, o desenvolvimento do eco-turismo, que podem constituir fontes alternativas de renda em propriedades rurais nas quais as atividades agropecuárias são restritas ou proibidas. Nestes casos, a análise deste tipo de empreendimento pode ser realizada sob a ótica de novas funções dos estabelecimentos rurais que, além de ser palco de atividades agrícolas propriamente ditas, propiciam bens e serviços não materiais, lazer, conservação do ecossistema e dos recursos naturais, educação ambiental, proteção da paisagem e do território. Contudo, estudos indicam que, freqüentemente, as rendas geradas pelo eco-turismo pouco beneficiam as populações das localidades onde essas atividades se desenvolvem. As populações residentes nas zonas rurais são particularmente alijadas deste ganhos (Graziano e Campanhola, 2004).

A instalação de *resorts* se inscreve neste tipo de turismo desenvolvido de forma desvinculada ao entorno, expressando novas modalidades de turismo global. Em razão da

disponibilidade de recursos naturais locais, instalam-se *megachains* financiadas por corporações transnacionais, constituindo-se espaços totalmente artificializados. A designação de *não lugares* para estas estruturas, proposta por Adyr Rodrigues (1997), nos parece muito adequada. Nestas circunstâncias, a instalação do complexo em torno do hotel não chega a dinamizar a economia local, tendo em vista a total desvinculação com o meio. Desta forma, elimina-se o “incômodo” da pobreza local e o “maléfico” choque cultural entre turistas e a população nativa (Rodrigues, 1997, 31).

Sem nenhuma dúvida, Angra dos Reis faz parte das zonas dos países em desenvolvimento que atraem os investimentos circunscritos das grandes redes turísticas internacionais. O diagnóstico deste fenômeno, apresentado por Béatrice Dehais (2001, pp. 42-51), é pouco alentador em relação aos benefícios socioeconômicos locais. A autora salienta que estes serviços turísticos são destinados a um modo de consumo que exige a implantação de condomínios de luxo, hotéis, marinas e campos de golfe. Estas instalações requerem, freqüentemente, o uso dos recursos naturais disponíveis em detrimento da população local. Por outro lado, na medida em que a imagem do turismo é associada ao “dinheiro fácil”, a atração de trabalhadores pelas atividades turísticas marginais desfavorece aquelas ancoradas na cultura local. Assim, o saber-fazer tradicional se perde progressivamente diante dos ganha-pães dependentes do turismo. Neste quadro, as populações locais são desprezadas e ignoradas. Nesta linha de raciocínio, Dehais denuncia os operadores turísticos por pouco considerarem o caráter precível dos ecossistemas, das culturas e da hospitalidade. A conquista fundiária dos grandes investidores sobre os territórios camponeses e indígenas provoca o recuo das terras agrícolas. Além do que o essencial dos fluxos financeiros do turismo é captado pelos prestadores intermediários de serviços e pelas cadeias internacionais de hotelaria e lazer.

Talvez a imagem de turismo de colheita, elaborada por Jean Viard (2000), seja a mais apropriada para caracterizar este fenômeno. Nesta concepção, a descoberta do outro se realiza pela conquista. O autor sugere que esta visão do turismo associa-se a uma representação durável das viagens, ligadas essencialmente, em tempos passados, à guerra e a dominação. Nestas circunstâncias, o sucesso de uma expedição era avaliado pela apropriação do ouro, das terras, de objetos e das mulheres dos estrangeiros. Finalmente, as elites, que podem viajar por prazer, reproduzem uma nova forma de turismo de conquista,

ignorando o destino dos habitantes dos lugares visitados. Os enclaves privados de lazer no litoral brasileiro, abundantes na região de Angra dos Reis, constituem um notável exemplo deste menosprezo.

### **Traços particulares da história de Angra dos Reis**

Antes de examinar as transformações sócio-econômicas de Angra dos Reis, convém observar que, em geral, a agricultura do estado do Rio de Janeiro é considerada como uma atividade marginal. De fato, os produtos mais tradicionais conhecem uma evolução, mais ou menos antiga, de decadência, caso do café, cana, laranja, leite e banana. Os indicadores fluminenses de modernização agrícola são notavelmente inferiores que aqueles de seus estados vizinhos.

Todavia, as dinâmicas em torno da produção de hortaliças e de pequenos animais em algumas regiões permitem apresentar uma relativização desta imagem de sub-desenvolvimento, imagem construída em oposição ao ideal da grande agricultura modernizada. De fato, são as pequenas unidades agrícolas que respondem pela intensificação destas atividades produtivas (Medeiros e Leite: 1999).

De toda forma, esta modernização é indubitavelmente desigual. As regiões que apresentam forte concentração fundiária ostentam, de forma inversamente proporcional, uma reduzida produtividade agrícola. Não por acaso, na Baía da Ilha Grande, observa-se uma redução considerável da atividade agrícola, certamente associada à intensificação da especulação imobiliária e do turismo.

Bem-conceituada por suas belezas naturais, Angra dos Reis se encontra no coração desta região. Conservando ainda uma vasta parte da Mata Atlântica, a paisagem do município caracteriza-se pelo encontro constante da montanha e do mar. A reputação torna os espaços de Angra dos Reis muito cobiçados.

Os interesses imobiliários começaram a se desenvolver durante os anos 1970. Anteriormente, a economia instável da região oscilava entre fases radiantes de crescimento e outras de declínio severo. Até a primeira metade do século XIX, Angra dos Reis acolhia atividades ligadas aos setores mais importantes da economia brasileira. No século XVI, a baía protegida dos ventos tornava Angra dos Reis local de ancoragem segura para as embarcações. Esta característica privilegiada para a navegação, associada à localização

geográfica, tornou o porto da cidade um dos mais importantes para o transporte do ouro de Minas Gerais. Pouco a pouco durante o século XVIII, a dinâmica econômica passou a depender da produção de cana e, mais tarde, de café. O fim da escravatura determina o declínio da cultura do café. A construção da ferrovia Dom Pedro II, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro pelo Vale do Paraíba, isola a região. Neste quadro, a aristocracia cafeeira abandona seus domínios e o porto perde sua importância. A situação de marasmo econômico permitiu o desenvolvimento da cultura de banana, freqüentemente realizada por antigos escravos das fazendas abandonadas. Para a população local, a pesca artesanal representava também uma atividade de importância considerável (Guimarães: 1997).

Uma nova metamorfose do espaço econômico regional ocorreu no último quarto do século XX. Carlos Enrique Guanziroli (1983) aponta a construção da rodovia Rio-Santos (BR-101) como evento fundamental para a evolução dos conflitos e para as transformações das forças produtivas regionais. Esta obra rodoviária inaugura uma lógica particular de turismo, permitindo a emergência de novos circuitos econômicos.

Inegavelmente, a BR-101 tornou possível a implantação do projeto turístico concebido para a região. Tratou-se de uma concepção orientada para a atração das camadas mais abastadas da população, ignorando as atividades econômicas tradicionais das populações locais. As conseqüências da instalação deste projeto foram o aumento da concentração fundiária, a regressão da produtividade agrícola e pesqueira e a expansão do setor de turismo e imobiliário.

As transformações foram essencialmente determinadas pelo poder central. Convém lembrar que, em 1969, o município foi declarado “zona de segurança nacional”, implicando na indicação do prefeito pelo presidente da República. Dominado pelos interesses do capital imobiliário, o aparato administrativo do Estado estabeleceu um ambiente favorável para a instalação de marinas, condomínios horizontais, campos de golfe, hotéis cinco estrelas destinados ao lazer dos grupos mais abastados.

Efetivamente, a nova dinâmica engendrou uma espiral da especulação imobiliária, agravando a expulsão dos trabalhadores rurais e a diminuição das áreas cultivadas. Em 1981, a FETAG/RJ denunciava que Angra dos Reis era o município onde havia o número mais elevado de conflitos pela terra.

Apesar da produção agrícola diminuir progressivamente, o escritório local da EMATER, estabelecido no município em 1982, sempre propagou sua missão de modernizar a agricultura regional. Neste intuito, a organização dos agricultores precedia a introdução de inovações técnicas. Esta concepção favoreceu a criação de algumas associações rurais e, em 1988, a constituição de uma cooperativa (Coomisflu).

Por outro lado, o fim do regime militar permitiu, em 1985, a realização, após anos de jejum, da primeira eleição para prefeito municipal, cujos resultados frustraram rapidamente as expectativas. Neste período foi criada a Secretaria Municipal de Agricultura e da Pesca, privilegiando a implantação de uma rede de vias secundárias.

Em compensação, a eleição seguinte representou uma mudança importante de orientação. O candidato do Partido dos Trabalhadores foi eleito prefeito do município, tendo o apoio de movimentos populares, da Igreja progressista, dos sindicatos das principais categorias dos trabalhadores urbanos e dos ecologistas. Os grupos excluídos até então das decisões municipais tinham a ocasião de exprimir seu descontentamento. A propósito, a elaboração do plano diretor do município constituiu um momento chave de confronto entre visões divergentes em torno do desenvolvimento de Angra dos Reis.

Durante um ano e meio, a elaboração do plano diretor mobilizou grande parte das forças sociais de Angra dos Reis. A legitimidade e respeito ao processo impediram o repúdio pelo poder econômico. A estratégia dos grupos empresariais consistiu em consolidar uma aliança com a câmara de vereadores em vista de mudanças, quiçá reprovação, do plano diretor. Os promotores imobiliários, em particular, mostravam contrariedade quanto à participação do conjunto da população (julgada incompetente para decidir sobre o planejamento municipal) e contestavam a excessiva intervenção do executivo local num campo no qual as forças de mercado deveriam prevalecer. Os embates foram intensos, mas o plano diretor foi aprovado pelos vereadores, com algumas concessões.

Seja como for, a constituição de um conselho municipal de urbanismo e meio ambiente tornou-se a base de reestruturação dos mecanismos de tomada de decisão em torno do planejamento municipal. Sob muitos aspectos, a elaboração e aprovação do plano diretor constituem uma referência maior do debate local sobre a democratização municipal e a participação popular.

No que se refere à política agrícola e pesqueira, a administração petista manteve sua prioridade voltada ao desenvolvimento da infra-estrutura durante seus doze anos no poder executivo municipal. Incontestavelmente, as melhoras foram importantes, principalmente no que diz respeito às pontes, às vias secundárias e à rede elétrica. No entanto, os problemas de produção, de comercialização, enfim de obtenção de renda para os agricultores não foram minimamente equacionados.

Recebendo um apoio considerável dos cofres municipais, a Coomisflu ofereceu resultados decepcionantes. Os pequenos agricultores mantiveram sempre uma reação reservada sobre o papel favorável que a cooperativa poderia cumprir para a comercialização de seus produtos. A respeito, a visão dos técnicos nunca foi compartilhada pelo conjunto dos agricultores do município.

No decorrer dos anos 1990, a queda do preço da banana, produto regional por excelência, agravou ainda mais as dificuldades dos agricultores do município. A venda de terras e o aumento da precariedade do trabalho se acentuaram. Mais uma vez, os interesses imobiliários navegam em mares favoráveis diante de desmoronamento das aspirações dos agricultores familiares.

### **As controvérsias em torno do conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro**

Durante doze anos, a administração petista de Angra dos Reis lançou vários balões de ensaio em vista da implantação de instâncias municipais participativas. Neste quadro, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro (CMDRP) emerge de maneira secundária e sem muitas atenções. Com efeito, a instalação de um conselho de política agrícola, acompanhado de um fundo municipal, foi prevista pela Lei Orgânica homologada em 1990. No entanto, a efetivação deste fórum apenas ocorreu graças às incitações da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do PRONAF. De fato, as tentativas anteriores tinham conhecido o insucesso.

Em 1997, a criação do CMDRP pouco modificou o processo de tomada de decisão no que se refere às intervenções no meio rural. Segundo testemunhos obtidos, o conselho se limitou quase exclusivamente à definição dos fundos do programa que havia permitido seu nascimento. Aliás, convém mencionar um vício de procedimento na instituição do conselho. Os representantes das associações rurais foram escolhidos antes mesmo que as

comunidades rurais se reunissem para debater idéias em torno do CMDRP (Moruzzi Marques: 2002 e 2004a).

De certa maneira, estes lapsos em torno do conselho eram justificados por uma crise associativa. Trata-se de uma desmobilização notável, identificada ao processo de urbanização intenso e caótico das áreas anteriormente destinadas à produção agrícola.

Nestas circunstâncias, as controvérsias em torno da vocação turística de Angra dos Reis nos fornecem um eixo dos mais pertinentes para discutir os diagnósticos e perspectivas sobre o desenvolvimento municipal, em particular, em sua face rural. Inicialmente, convém sublinhar que o secretário municipal de agricultura e pesca da última gestão da administração petista sustentava a idéia segundo a qual Angra dos Reis não apresenta características favoráveis ao desenvolvimento da agricultura. O argumento formulado destaca o relevo municipal acidentado em demasia. Este ponto de vista explica, em certa medida, a prioridade conferida pela secretaria à atividade pesqueira. Esta distribuição dos recursos provocava vivas reprovações de uma parte dos conselheiros.

Seja como for, a visão desta autoridade municipal reforça a orientação do governo local de desenvolver a vocação “natural” da região, o turismo. Em conseqüência, o olhar para a agricultura do município percebe, antes de tudo, uma efemeridade. Esta marginalização bloqueia concepções em torno de um modelo tipo “multifuncional” de produção agrícola, associado à preservação ambiental, à segurança alimentar, à agricultura de qualidade, itens aliás que podem, em alguma medida, constituir atrativos turísticos.

Com efeito, eram os grandes empreendimentos turísticos que obtinham consideráveis vantagens. A resistência do início da gestão petista, nos anos 1990, aos projetos deste gênero, vistos os colapsos sociais e ambientais provocados, atenuou-se gradualmente.

A visão contestadora à lógica preponderante dos projetos turísticos ancora-se, por um lado, na idéia de fragilidade do ambiente natural da região e, por outro lado, na constatação de uma degradação das condições de vida da população. A propósito, as grandes oportunidades de retorno em função da apropriação dos espaços territoriais têm como efeito o afastamento das populações mais pobres das zonas dotadas de infra-estrutura.

O movimento ecologista local, reunido em particular na Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPE), critica com vigor a posição favorável do poder executivo local

em conceder autorizações para a edificação em toda orla costeira do município. Ao lado do sindicato dos trabalhadores rurais, a SAPE constitui um dos pilares nos quais assenta a elaboração dos discursos mais indignados contra o modelo turístico da região. Esta organização ecologista pouco interfere nos debates do CMDRP, o que nos conduz a examinar, de maneira privilegiada, os termos da contestação elaborados pelo STR.

De toda maneira, convém destacar algumas linhas de raciocínio desenvolvidas pelos membros da SAPE. Para um militante desta associação, os representantes petistas do executivo municipal, ainda que inscritos na esquerda, consideravam que o desenvolvimento do município dependia dos vastos complexos turísticos, cuja instalação não implicava riscos. Todavia, a insistência de nosso interlocutor sobre o fato de Angra dos Reis ser uma das poucas regiões brasileiras onde a Mata Atlântica é ainda bem preservada (sendo inúmeras as áreas de proteção ambiental), reforça sua argumentação em torno das ameaças que acompanham os grandes investimentos turístico-imobiliários.

Nesta perspectiva, duas lógicas de ocupação imobiliária se constituem. De uma parte, certas localidades são destinadas às camadas médias da população, transformando notadamente as áreas rurais em razão dos desmembramentos intensos e da edificação massiva. De outra parte, os espaços reservados aos mais ricos passam pelo que o militante ecológico identificou como “limpeza de terreno”. Trata-se de tirar do campo de visão dos turistas as populações pobres.

Apesar da decisão tomada quando da elaboração do plano diretor em favor da preservação das características das zonas rurais, o desmembramento dos estabelecimentos rurais constitui prática corrente não reprimida. A pressão sobre os agricultores é enorme, mas as mutações da paisagem não são acompanhadas pela geração de empregos. As denúncias mais contundentes sobre a situação dos agricultores são formuladas por membros do sindicato dos trabalhadores rurais. Os objetivos deste trabalho levam, agora, o foco da análise sobre os discursos críticos elaborados pelo e sobre o STR.

Antes de realizar esta tarefa, convém abrir parênteses para observar que, em 1998, as eleições sindicais no STR de Angra dos Reis permitiram o término de um longo período. Foi derrotado o grupo que dirigiu o sindicato desde 1970. A oposição, formada graças ao apoio da CPT, herdou, entretanto, uma pesada dívida que ameaça os bens do sindicato. Este

legado incômodo constitui a primeira grande barreira para a propagação das denúncias formuladas pelos dirigentes do STR.

No que se refere à participação no CMDRP, uma dirigente sindical confessou que sua posição minoritária, de tempos em tempos, a desencorajava. O caso de Angra dos Reis lhe permitia evocar o prognóstico de desaparecimento da agricultura em razão do progresso, cogitado por seu tio.

As instalações das usinas nucleares e do estaleiro naval atraíram a população rural. O declínio da construção naval e a lentidão das obras nas usinas impôs o desemprego aos trabalhadores, os transformando em escravos pois aceitam com resignação qualquer biscoito para sobreviver em total precariedade. Apesar de todas as dificuldades, estou contente de ter um pedaço de terra onde posso obter ao menos o que comer. Mesmo se a inexistência de eletricidade em minha casa provoca uma grande insatisfação em meus dois filhos, resisto de todo modo à idéia do desaparecimento da agricultura. Porém, continuo a insistir sobre a necessidade de se investir no lazer, na educação, na saúde a fim de evitar o êxodo rural dos jovens. Mesmo considerando que os agricultores valorizam bastante suas terras, permanecer no campo em situações precárias torna-se quase impossível.

Este discurso fornece vários elementos para a análise. Primeiro, a denúncia da injustiça é construída de forma a transformar uma questão particular em geral. A partir dos problemas enfrentados por sua família, este membro da direção do STR manifesta sensibilidade e indignação em relação à precariedade das condições de vida da maioria da população rural de Angra dos Reis. Nos termos dos trabalhos do sociólogo Luc Boltanski (2000a), esta passagem é crucial para a consideração de uma denúncia, tendo em vista sua dimensão reconhecível, coletiva. No entanto, suas intervenções tinham pouco eco no CMDRP.

Assim, convém examinar um segundo aspecto em torno da denúncia, tomando-se ainda em conta as pistas de reflexão fornecidas por Boltanski. Trata-se do desarme das justificativas do denunciante a partir de uma qualificação patológica de seu comportamento. De fato, a réplica da crítica consistia em afirmar que a insistência da sindicalista em reivindicar benefícios individualizados (em particular, a instalação de energia elétrica ou de instalações sanitárias nas residências dos agricultores) não tinha respaldo nas normas e nos objetivos da linha infra-estrutura e serviços do PRONAF. A ironia deste jogo se refere aos argumentos da desqualificação, que procura redimensionar a denúncia, deslocando-a novamente do geral ao singular.

Nesta querela, os técnicos implicados nos debates do conselho municipal de desenvolvimento rural e pesqueiro defendiam, sobretudo, a alocação de recursos para a cooperativa, apresentando-a como a instituição mais adequada para captar fundos públicos na medida em que aglutina a coletividade dos agricultores.

Em contra-posição, os membros do STR evocam um exagerado amparo à cooperativa em razão dos poucos benefícios para a agricultura familiar. De fato, a justificativa em favor do apoio à Coomisflu tornava-se opaca na medida em que mais de uma década de sustentação financeira pela prefeitura municipal não permitiram a consolidação de uma estrutura dinâmica de comercialização agrícola.

Seja como for, os principais investimentos do PRONAF Infra-estrutura favorecem ainda uma outra interpretação, segundo a qual priorizou-se infra-estruturas susceptíveis de beneficiar os interesses imobiliários presentes na região, em detrimento dos projetos inequivocamente voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar. Coerente com a visão sobre a “vocação turística” da região, esta lógica se apresenta, todavia, de maneira incongruente aos olhos dos agricultores.

**Tabela 1: Valores atribuídos às principais rubricas dos Planos de Trabalho (PT) do PRONAF Infra-estrutura em Angra dos Reis (1997-2000)**

Rubricas	PT 1997		PT 1999		PT 2000	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Coomisflu (estufas)	9.804	5,86	5.000	3,57	0	0
Coomisflu (agroindústria)	24.653	14,73	0	0	11.000	7,33
Pesca (infra-estrutura)	56.130	33,53	55.484	39,63	33.752	22,50
Pesca (comunica�o)	5.600	3,35	0	0	0	0
Energia elétrica	33.720	20,14	29.665	21,19	30.826	20,55
Manuten�o de estradas	0	0	0	0	11.160	7,44
Drenagem (Brac�)	25.313	15,12	0	0	0	0
Caminhões e equipamentos	0	0	35.850	25,61	46.000	30,67
Insumos agrícolas	12.171	7,27	8700	6,21	0	0
Palmito (agroindústria)	0	0	0	0	17.262	11,51
Palmito (capacita�o)	0	0	5.300	3,79	0	0
Total	167.391	100	139.999	100	149.999	100

Oportuno abrir parênteses neste ponto para salientar que o plano de trabalho do PRONAF de 2001, estabelecido na administra o municipal que sucedeu a petista, destina todo os recursos do PRONAF Infra-estrutura ao setor pesqueiro, reforçando radicalmente a tendência de desconsiderar a agricultura do município.

Representantes das comunidades de Mambucaba e do Bracuí possuíam uma avaliação convergente sobre a interpretação de um descaso diante das principais reivindicações da agricultura familiar. Um membro da segunda localidade afirmava que, graças aos recursos do PRONAF, obras hidráulicas foram realizadas nas imediações. Todavia, a localidade foi transformada em zona urbana em razão de uma nova lei. Assim, interesses imobiliários foram favorecidos e a especulação encorajada. As mudanças na legislação não foram objeto do debate público, como previa as negociações em torno do plano diretor.

Efetivamente, a lei municipal nº 826, promulgada no dia 22 de abril de 1999, modifica o plano diretor, criando uma nova zona de ocupação urbana. Anteriormente, o plano diretor de Angra dos Reis havia previsto seis zonas (desenvolvimento urbano, rural, preservação permanente, urbana de proteção ambiental, reserva indígena e zona de interesse ecológico). A introdução da zona urbana de ocupação controlada permitiu a dilatação das áreas onde é autorizado o desmembramento do solo em vista da urbanização. A nova zona engloba os arredores do rio Bracuí.

Quando de nossa entrevista em 2000, o vice-presidente do CMDRP mostrava-se igualmente inquieto a propósito das transformações aceleradas na zona rural de Angra dos Reis. De acordo com seu ponto de vista, o conselho não deveria propor investimentos em circunstâncias nas quais a infra-estrutura seria passível de contribuir com a urbanização. Em todo caso, o tema não era fundamental nos debates do CMDRP.

Manifestamente, a utilização do solo constitui um problema recorrente e marcante nas entrevistas realizadas em Angra dos Reis. Porém, o CMDRP pouco discutia e interferia nesta questão, os casos das localidades do Bracuí, de Mambucaba e da Banqueta sendo freqüentemente mencionados e considerados como elucidativo a respeito.

## **Conclusão**

O projeto turístico implantado durante o regime militar transformou a paisagem e a representação sobre o espaço regional de uma grande parte dos atores locais. A percepção do turismo como uma “vocação natural” de Angra dos Reis favoreceu, até o presente, a consolida o de um tipo de empreendimento turístico destinado a um consumo de luxo. Neste quadro, idéias em torno do atraso da agricultura, em particular da agricultura

familiar, e da incompatibilidade entre turismo regional e agricultura exasperam as dificuldades dos agricultores familiares, bloqueados por uma estrutura fundiária extremamente concentrada.

As questões maiores para a agricultura do município, como a especulação imobiliária em torno das atividades de turismo e de lazer (obstruindo o acesso dos agricultores aos recursos fundiários), não eram tomadas verdadeiramente em conta pelo CMDRP. Nestas circunstâncias, a atribuição dos fundos do PRONAF (de sua linha infraestrutura e serviços para os municípios) contribuía, paradoxalmente, para agravar os problemas dos agricultores familiares de Angra dos Reis.

A crítica contra o modelo turístico predominante na região tem tido um alcance limitado. As vozes mais contestadoras no CMDRP são desarmadas num campo de debates e conflitos no qual se procura redimensionar a importância da denúncia. A propósito, este trabalho se inscreve, portanto, numa perspectiva de re-valorizar a crítica ou, como sugere Luc Boltanski (2000b), numa sociologia da capacidade crítica desenvolvida pelas pessoas em meio de suas disputas cotidianas.

## **Bibliografia**

- BOLTANSKI, Luc (2000a), “La cause de la critique (I)”, *Raisons Politiques*, nº 3, pp. 159-184.
- BOLTANSKI, Luc (2000b), “La cause de la critique (II)”, *Raisons Politiques*, nº 4, pp. 135-159.
- BUCCI, Eugênio (2001), “Le Brésil sous le signe de Globo”, in *Problèmes de l'Amérique latine*, nouvelle série, nº 43, Paris, La documentation française, pp. 63-84.
- CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato [org.] (2003), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro, Mauad.
- CRISTÓVÃO, Artur (2002), “Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)”, in RIEDL, Mário, ALMEIDA, Joaquim Anécio e VIANA, Andyara Lima Barbosa [org.], *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC.
- DEHAIS, Béatrice (2001), “Dossier mondialisation, les dégâts du tourisme”, *Alternatives économiques*, nº 194, pp. 42-51.
- GARCIA, Eduardo Henrique (1998), “Algumas considerações sobre a evolução recente do setor agroalimentar fluminense”, *Campo Aberto : o rural no Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Contracapa, pp. 79-104.
- GRAZIANO da Silva, José e CAMPANHOLA, Clayton (2004), “Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor”, *Projeto RURBANO*, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>>, acesso em 07 de abril de 2004.

GUANZIROLI Carlos Enrique (1983), “Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional. O caso de Angra dos Reis”, Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Gonçalo (1997), *Uma cidade para todos. O Plano Diretor do município de Angra dos Reis*, Rio de Janeiro, Editora Forense.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1997), “Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical”, *Brasil agrário, São Paulo em perspectiva*, volume 11, nº 2, São Paulo, Fundação SEADE, pp.65-72.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE Sérgio (1999), “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”, in *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil, processos sociais e políticas públicas*, Porto Alegre/Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e CPDA/UFRJ, pp. 117-160.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo et alii (1993), Comercialização e pequena produção no estado do Rio de Janeiro, *Revista do IDACO*, Rio de Janeiro, Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2002), *Agriculture familiale et participation au Brésil: les conseils municipaux de développement rural du PRONAF (acteurs, intérêts et pouvoir)*, Paris, Tese de doutorado defendida no Institut des Hautes Etudes de l’Amérique Latine, IHEAL, Université Paris III.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2004a), “Participação e PRONAF: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural”, in *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*, Série Estudos Rurais, Porto Alegre, Editora da UFGS, no prelo.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2004b), “Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF”, trabalho submetido ao XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá, MT.

RODRIGUES, Adyr Balasteri (1997), *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*, São Paulo, Hucitec.

STEIL, Carlos Alberto (2002), “O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais”, in RIEDL, Mário, ALMEIDA, Joaquim Anécio e VIANA, Andyara Lima Barbosa [org.], *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC.

URRY, John (2001), *O olhar do turista: lugar e viagens nas sociedades contemporâneas*, 3ª edição, São Paulo, SESC.

VERBOLE, Alenka (2002), “A busca pelo imaginário rural”, in RIEDL, Mário, ALMEIDA, Joaquim Anécio e VIANA, Andyara Lima Barbosa [org.], *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC.

VIARD, Jean (2000), *Court traité sur les vacances, les voyages et l’hospitalités des lieux*, Paris, Editions de l’Aube.